

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , 2015

(Do Sr. Arthur Virgílio Bisneto)

REQUER ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia informações sobre a doação de usina termelétrica brasileira à Bolívia.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (Ricd), solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado, ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, pedido de informações acerca de informação divulgada pela imprensa, dando conta da doação ao Governo da Bolívia de usina termelétrica localizada na região do Rio Madeira.

Requeiro, ademais, que Sua Excelênciia especifique os fundamentos técnicos em que se baseiam as tratativas do Governo para a doação.

À Nação, ao menos enquanto não se dispõe de esclarecimentos públicos, hoje quase uma rotina, a doação da usina causa estupefação. Como salienta a própria notícia, a doação pode parecer despropositada, já que o Brasil vive fase de crise energética.

JUSTIFICATIVA

Noticia a imprensa brasileira que o Brasil estaria ultimando formalidades para doação à Bolívia de uma usina pertencente à Eletronorte, uma das empresas do grupo Eletrobras. Inaugurada em 1989, ela foi uma das responsáveis por abastecer os estados de Rondônia e Acre por 20 anos. Com potência de 90 megawatts, o empreendimento fica em Porto Velho (RO) e é capaz de fornecer energia para uma cidade de 700 mil habitantes. Diz ainda a notícia: a usina precisa passar por uma "recauchutagem geral" para entrar novamente em operação. Antes de doá-la, a Eletronorte vai converter a usina para gás natural, combustível abundante na Bolívia.

Essa reforma, com o transporte e montagem na Bolívia, custará R\$ 60 milhões. O dinheiro já foi transferido pelo governo para a Eletronorte, responsável pela reforma. Uma usina térmica nova, com capacidade de 100 MW, custa hoje em torno de R\$ 100 milhões.

A Aneel - esclarece a notícia – “deu aval para a continuidade das negociações, que agora estão em fase final.” E ainda: “ Segundo uma fonte da Eletrobras a par do assunto, trata-se de uma "térmica de qualidade ruim", por isso o Brasil não faria questão de ficar com a planta.

A ser correta a informação, indaga-se: não seria uma descortesia doar algo com essa “qualidade ruim” a um País com o qual mantemos boas relações? Ou seja, se o equipamento é imprestável aqui, seria bom na Bolívia?

Por meio de nota, o Ministério de Minas e Energia informou que o acordo teve como objetivo "promover a cooperação energética com a Bolívia". O ministério disse que a transferência de R\$ 60 milhões foi autorizada por meio da Medida Provisória 625/2013.

Diante da informação e em nome da transparência, necessária à boa gestão do Poder Público, é que, com base nos ditames da Carta Magna, formulo este Requerimento de Informações, dirigido à autoridade maior no setor, ou seja, Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia.

Sala das Sessões, em 30 de março de 2015.

Deputado **Arthur Virgílio Bisneto**

PSDB/AM